

MOÇÃO DE REPÚDIO

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2025.

ASSIBGE – Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE

Ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e Casa Civil da Presidência da República

Denúncia de assédio institucional, engessamento burocrático e cerceamento à liberdade de comunicação na Diretoria de Geociências do IBGE

A ASSIBGE - Sindicato Nacional, organização que representa de forma legítima e histórica os servidores, trabalhadoras e trabalhadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vem a público expressar seu mais profundo **REPÚDIO** ao anúncio feito pela Diretoria de Geociências, sob a administração da Sra. Maria do Carmo Dias Bueno. O documento em questão representa uma ocorrência evidente de assédio institucional, abuso de autoridade e retrocesso democrático na administração de um órgão estatal. Uma ação totalmente contrária ao próprio programa do governo federal com qualquer tipo de assédio.

Das Razões do Repúdio

1. Tentativa de Silenciamento e Blindagem Antidemocrática: Ao estabelecer que toda e qualquer comunicação com outras Diretorias ou Coordenações-Gerais seja feita unicamente por meio do Gabinete da Diretoria de Geociências, a administração impõe um isolamento institucional prejudicial. Essa centralização excessiva prejudica o fluxo natural de informações e a colaboração entre setores, que são fundamentais para a excelência técnica do IBGE.

2. Distorção Intimidatória do Princípio da Hierarquia: A hierarquia no serviço público federal (Lei 8.112/90) existe para estruturar o fluxo administrativo, não para ser usada como uma mordacha. Tentar encaixar a equipe técnica em uma estrutura exclusivamente vertical e rígida ("servidor fala com gerente; gerente com coordenador...") ignora a inteligência coletiva do Instituto, torna o dia a dia mais burocrático e viola o princípio constitucional da eficiência.

3. Cultura do Medo e Assédio Organizacional: O uso de textos legais para intimidar os funcionários com "**faltas disciplinares**" e punições por divergências técnicas ou comunicação intersetorial simples gera um ambiente de trabalho hostil, caracterizado pela coerção psicológica e pelo medo. Isso configura um assédio institucional claro contra funcionários de carreira.

Do Desalinhamento com os Programas Oficiais do Governo Federal

O IBGE desempenha um papel fundamental na soberania e no planejamento das políticas públicas do país. A declaração divulgada pela Diretoria de Geociências vai contra toda a política de direitos humanos e relações de trabalho promovida pelo governo federal atual. Vivemos período de grande retrocesso no IBGE. Não podemos permitir que se instaure uma ditadura institucional.

Além de ser uma declaração política, o comunicado infringe diretamente as diretrizes do Programa de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação na Administração Pública Federal, estabelecido pelo próprio Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI). Este

programa federal, fortalecido pelos guias de diretrizes da Controladoria-Geral da União (CGU), define claramente que o abuso de poder hierárquico, o isolamento intencional de equipes e a imposição de barreiras comunicacionais punitivas são formas sérias de assédio institucional e organizacional.

Ao empregar a autoridade do cargo para intimidar servidores e concentrar os canais de comunicação técnica, a administração da Diretoria de Geociências desafia a política de Estado que o MGI e a Casa Civil estão trabalhando para implementar em toda a Esplanada dos Ministérios.

Dos Requerimentos e Denúncias

Em virtude da gravidade dos acontecimentos, a ASSIBGE-SN solicita ao Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) e à Casa Civil que ajam de maneira rápida e resoluta, exigindo:

A urgente ação política e administrativa junto à Presidência do IBGE para que ordene a anulação completa das ***diretrizes censórias e punitivas*** presentes no comunicado mencionado da Diretoria de Geociências;

Estabelecer um canal de comunicação com a Mesa Setorial de Negociação para discutir o clima organizacional e as práticas de gestão na diretoria mencionada;

Remeter o caso aos comitês e entidades de corregedoria encarregados da implementação do Programa de Enfrentamento ao Assédio do MGI, a fim de que a conduta seja devidamente investigada e responsabilizada.

Do Pedido de Apoio e Solidariedade Intersectorial

Por fim, a ASSIBGE-SN entende que o assédio institucional e o sufocamento das liberdades democráticas dentro do IBGE não são ataques isolados, mas uma afronta que fragiliza o conjunto do serviço público federal.

Portanto, pedimos oficialmente o apoio e a solidariedade do FONASEFE (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) e de todas as organizações que fazem parte dele. Pedimos que as federações e sindicatos irmãos levem essa denúncia às instâncias de negociação nacional e unam esforços para resistir a qualquer tentativa de assédio e silenciamento dos trabalhadores.

O IBGE é um órgão de Estado é patrimônio do povo brasileiro e seu corpo técnico não aceitará o retorno de práticas autoritárias. Não aceitaremos um ambiente ditatorial no seio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

**Em defesa de um IBGE democrático, autônomo e livre de assédio!
Pela unidade dos servidores públicos federais!**

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2026.

ASSIBGE - Sindicato Nacional